

# Programa do Procedimento



## CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL



**PRC 025/2025**

“Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”



## CONTEÚDO

Artigo 1.º.....	4
Objeto do concurso.....	4
Artigo 2.º.....	4
Entidade adjudicante.....	4
Artigo 3.º.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
Artigo 4.º.....	4
Documentos do procedimento e plataforma eletrónica.....	4
Artigo 5.º.....	5
Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento .....	5
Artigo 6.º.....	6
Elementos que constituem as propostas.....	6
Artigo 7.º.....	7
Apresentação de propostas variantes.....	7
Artigo 8.º.....	7
Prazo para apresentação das propostas.....	7
Artigo 9.º.....	7
Disponibilização e abertura das propostas.....	7
Artigo 10.º.....	7
Modo de apresentação das propostas.....	7
Artigo 11.º.....	8
Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	8
Artigo 12.º.....	8
Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes.....	8
Artigo 13.º.....	8
Critério de adjudicação e critério de desempate.....	8
Artigo 14.º.....	9
Preço anormalmente baixo.....	9

Artigo 15.º.....	9
Relatório Preliminar.....	9
Artigo 16.º.....	10
Relatório Final.....	10
Artigo 17.º.....	10
Adjudicação.....	10
Artigo 18.º.....	11
Documentos de habilitação .....	11
Caução .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
Artigo 20.º.....	12
Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário .....	12
Artigo 21.º.....	13
Celebração do contrato .....	13
Artigo 22.º.....	13
Despesas.....	13
Artigo 23.º.....	13
Dados pessoais.....	13
Artigo 24.º.....	14
Legislação Aplicável.....	14
Artigo 25.º.....	14
Consulta Preliminar .....	14

## **Artigo 1.º**

### **Objeto do concurso**

O presente Concurso Público tem por objeto a “Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”.

## **Artigo 2.º**

### **Entidade adjudicante**

A Entidade Adjudicante é a ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A., com sede na Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, 4904-878 Viana do Castelo, na união de freguesias de Monserrate, Santa Maria Maior e Meadela, do concelho de Viana do Castelo, pessoa coletiva n.º 515486159, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 258 806 900

Fax: + 351 258 806 990

Correio eletrónico: geral.adam@adp.pt

Plataforma Eletrónica: <http://www.acingov.pt>.

Website oficial: [www.adam.pt](http://www.adam.pt)

## **Artigo 3.º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Entidade Adjudicante, no dia 13/03/2025.

## **Artigo 4.º**

### **Documentos do procedimento e plataforma eletrónica**

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
  - a) Anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
  - b) Programa de Procedimento;
  - c) Caderno de Encargos, que inclui 1 (um) anexo.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.
4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

## **Artigo 5.º**

### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento**

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **23h59m59s do dia 03/04/2025**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **23h59m59s do dia 13/04/2025**:
  - a) O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
  - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 2.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.

6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República.

## Artigo 6.º

### Elementos que constituem as propostas

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes elementos:
  - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento, conforme o modelo constante no Anexo I a este Programa;
  - b. Proposta de preço, conforme o modelo constante no **Anexo II**. O preço proposto incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública;
  - c. Lista de preços unitários, conforme o modelo constante no **Anexo IV**, deste Programa, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;
  - d. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
  - e. No caso de recorrerem a subcontratados, declaração do concorrente onde indique os serviços que serão objeto de subcontratação, de acordo com o modelo constante do **Anexo V** deste Programa do Procedimento;
  - f. Declaração de Responsabilidade Social em conformidade com o modelo do **Anexo VI** deste Programa do Procedimento.
  - g. Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa);
3. Caso a concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do

representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

4. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em outro idioma, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

### **Artigo 7.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 8.º**

#### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **23h59m59s do dia 23/04/2025**.

### **Artigo 9.º**

#### **Disponibilização e abertura das propostas**

A abertura e disponibilização das propostas ocorre a partir das **10 (dez)** horas do dia útil seguinte à data-limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica previamente referida no artigo 4.º.

### **Artigo 10.º**

#### **Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do artigo 4.º do presente Programa de Procedimento, devendo individualmente ser assinados eletronicamente, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compressão que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a. Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b. Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.



3. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente, sob pena de exclusão da proposta, instruir a proposta com um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

### **Artigo 11.º**

#### **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de **90** dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

### **Artigo 12.º**

#### **Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes**

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

### **Artigo 13.º**

#### **CrITÉrio de adjudicação e critÉrio de desempate**

1. Propõe-se que o critÉrio de adjudicação para o procedimento em apreço seja o critÉrio da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, submetendo-se à concorrência o fator preço.



2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta na mesma posição, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:

- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresenta o preço unitário mais baixo para o “Aluguer mensal dos equipamentos, recolha e transporte dos resíduos das seguintes instalações para destino final”
- b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
  - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
  - ii. O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
  - iii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
  - iv. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números dos concorrentes cujas propostas estão empatadas, procedendo-se seguidamente à sua extração;
  - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
  - vi. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

#### **Artigo 14.º**

##### **Preço anormalmente baixo**

Não são definidas as condições em que o preço ou custo é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do estabelecido no artigo 71.º, n.ºs 3 e 4 do Código dos Contratos Públicos.

#### **Artigo 15.º**

##### **Relatório Preliminar**

- I. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
  - a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;

- c. Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
  - d. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
  - e. Que não apresentem um preço para cada artigo previsto, em cada lote a que concorram;
  - f. Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
  - g. Que sejam apresentadas como variantes;
  - h. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - i. Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de **5 (cinco)** dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.

### **Artigo 16.º**

#### **Relatório Final**

- 1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do artigo anterior.
- 2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

### **Artigo 17.º**

#### **Adjudicação**

- 1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
- 2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 18.º do presente Programa de Procedimento;
  - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

### **Artigo 18.º**

#### **Documentos de habilitação**

- I. No prazo de **10 (dez)** dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º *supra*:
  - a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo VII** ao presente Programa);
  - b. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d. Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - e. Alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos;
  - f. Alvará para exercício da atividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem.
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a

essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5(cinco) dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (cinco) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Alto Minho, S.A., em <http://www.adam.pt>, (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo VIII** ao presente Programa);
  - b) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente, bem como da possibilidade de assinatura do contrato através de meios eletrónicos, conforme o modelo constante no **Anexo IX**.
  - c) Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato, conforme o modelo constante no **Anexo X**.

## Artigo 19.º

### Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

- I. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da

celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto.

2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **Artigo 20.º**

### **Celebração do contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. No caso referido no número anterior, a adjudicação deve ser efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.
5. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

## **Artigo 21.º**

### **Despesas**

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do Adjudicatário, conforme o caso.

## **Artigo 22.º**

### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.

3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adam@ADP.PT ou da morada Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156 | 4904-878 Viana do Castelo.

### **Artigo 23.º**

#### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

### **Artigo 24.º**

#### **Consulta Preliminar**

Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foram realizadas consultas informais ao mercado, às seguintes entidades:

<b>Entidade</b>	<b>NIF</b>	<b>Proposta</b>
TRIU - Técnicas de Resíduos Industriais e	502550066	
Gintegral - Gestão Ambiental, S.A	505103800	
Rduz - Gestão Global de Resíduos, S.A	507225740	Sim
ECOAMBIENTE - SERVIÇOS E MEIO	502877472	
SERAICAL - RECONVERSÃO DE	507900537	
FINIS - RESÍDUOS INDUSTRIAIS,	508470889	
RESIFLUXO, LDA	508979404	
RRI - SERVIÇOS AMBIENTAIS, S.A.	504982010	
BLUEOTTER - CIRCULAR, S.A	514999713	

## Anexos:

Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública;

Anexo II - Proposta de Preço;

Anexo III - Modelo de Acordo-Promessa de Constituição;

Anexo IV - Lista de Preços Unitários;

Anexo V – Modelo de Declaração do(s) Subcontratado(s)

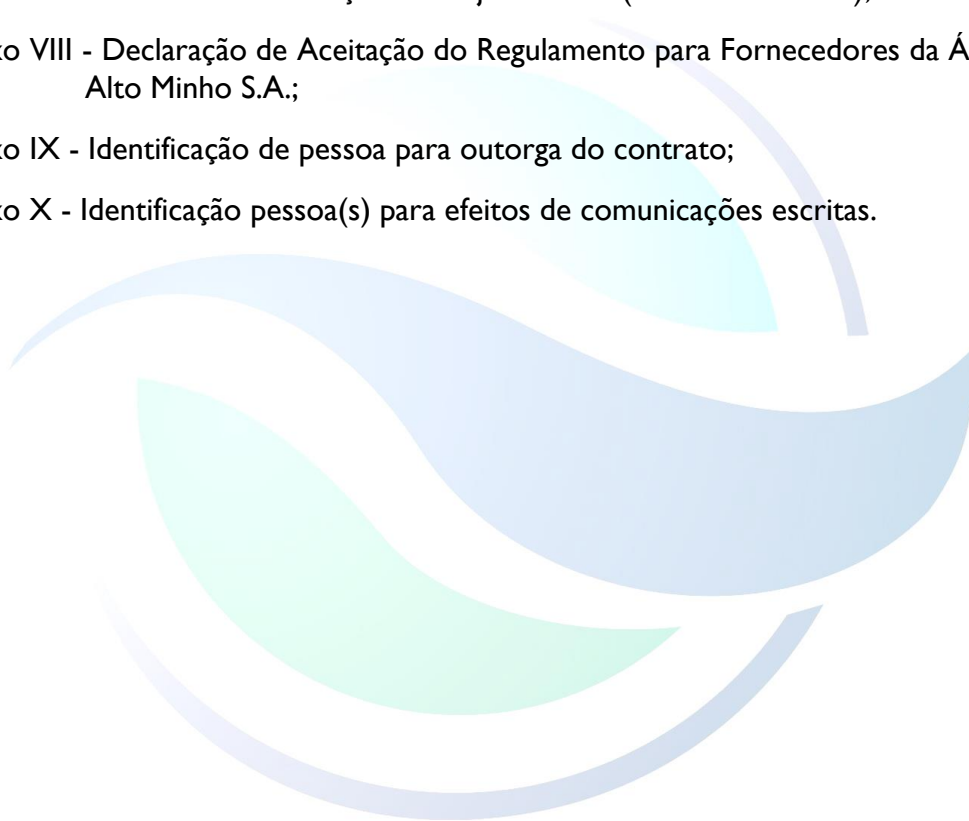
Anexo VI – Modelo de Declaração de Responsabilidade Social;

Anexo VII - Modelo de Declaração do Adjudicatário (Anexo II ao CCP);

Anexo VIII - Declaração de Aceitação do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho S.A.;

Anexo IX - Identificação de pessoa para outorga do contrato;

Anexo X - Identificação pessoa(s) para efeitos de comunicações escritas.





## Anexo I

### DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá preencher o DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.



## Anexo II

### Proposta de Preço

F..... (indicar firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para adjudicação do contrato de **“Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”, PRC 025/2025**, obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem esta aquisição de serviços em conformidade com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, pelo preço global de \_\_\_\_\_ Euros (em algarismos e por extenso), conforme lista de preços unitários.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Alto Minho, S.A. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

## Anexo III

### Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

F, \_\_\_\_\_ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a **“Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”, PRC 025/2025**, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_ (indicar a figura jurídica adotada)

(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa ..... (indicação da empresa do agrupamento) representará a associação perante Águas do Alto Minho, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para ..... (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o Adjudicatário)(b)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela Águas do Alto Minho, S.A. a qualquer alteração na composição da associação.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

## **Anexo IV**

### **Lista de Preços Unitários**

(O Concorrente deverá preencher a lista de preços unitários de todos os serviços previstos a que pretende concorrer de acordo com o modelo do ANEXO IV do Programa do Procedimento seguinte, em ficheiro informático em formato Excel, o qual deverá ser assinado (Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto), de acordo com a lista disponível na plataforma de contratação pública acingov).

## **Anexo V**

### **Modelo de Declaração do(s) Subcontratado(s)**

A empresa ....., com sede em ....., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de ....., declara que em caso de adjudicação do contrato de aquisição de serviços denominado “Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.” à ..... (empresa concorrente) se compromete a executar, em regime de subcontratação, os trabalhos relativos a ..... (identificação dos trabalhos), nos termos do Programa do Procedimento e do Caderno de Encargos.

Data .....

Assinaturas .....

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

(Empresa), com sede na (morada), contribuinte n.º (.....), representada por (cargo e nome), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a AdP venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);
- l) Informar a AdP de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato de (tipo);
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de 20(ano)

---

Assinaturas

## **Anexo VII**

### **Modelo de Declaração do Adjudicatário**

Anexo II ao CCP

*[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º]*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

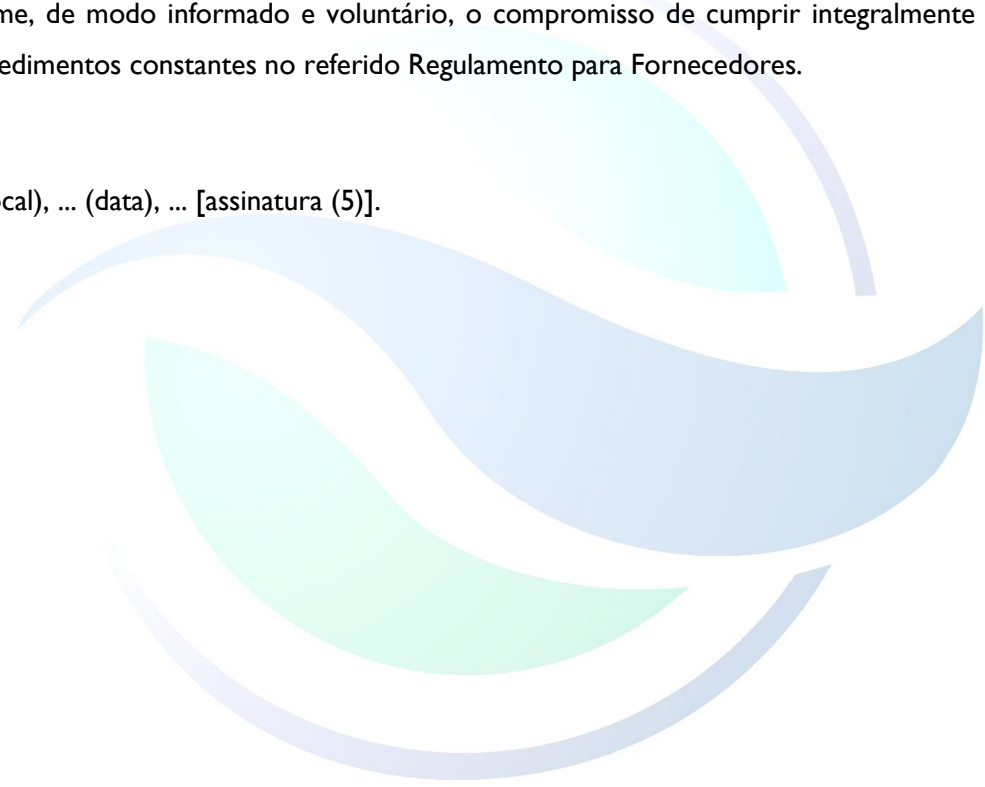


## Anexo VIII

### Declaração de Aceitação do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho S.A.

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicidade internacional, para formação do contrato denominado **“Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”, PRC 025/2025**, - declara que teve conhecimento do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho, S.A., contendo as regras e os requisitos relativos ao desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de cumprir integralmente com os procedimentos constantes no referido Regulamento para Fornecedores.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].



## Anexo IX

### Identificação de(s) Pessoa para Outorga do Contrato

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato denominado **“Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”, PRC 025/2025**, declara que a(s) pessoa(s) que irá representar a adjudicatária na assinatura do contrato é o(a) Sr.(<sup>a</sup>) ....., titular do cartão de cidadão com o n.º ....., válido até ao dia .... / .... / ....., na qualidade de ..... e com poderes para obrigar a adjudicatária, conforme se pode verificar pela..... (certidão permanente, procuração, etc) entregue / a entregar no âmbito do presente procedimento.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

## Anexo X

### Identificação pessoa(s) para efeitos de comunicações escritas

A empresa ..... (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em ....., aqui representada por ....., na qualidade de ....., adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público com publicidade internacional, para formação do contrato denominado **“Aquisição de serviços de colocação de equipamentos, recolha, transporte e envio a destino final de resíduos produzidos em todas as infraestruturas exploradas pela Águas do Alto Minho, S.A.”, PRC 025/2025**, indica para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato a(o) Sr.(<sup>a</sup>) ....., com domicílio profissional ou residente na Rua....., .....- .... ....., freguesia de ....., concelho de ....., n.º telefax ..... e com endereço de email .....

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)